

39º Encontro Anual da ANPOCS

GT27 – PARTIDOS E SISTEMAS DE PARTIDOS

Ser governo ou oposição e os efeitos sobre o perfil dos legisladores: uma análise dos deputados do PT e do PSDB eleitos em 2002 e 2014

Hugo Borsani

Ser governo ou oposição e os efeitos sobre o perfil dos legisladores: uma análise dos deputados do PT e do PSDB eleitos em 2002 e 2014.

Hugo Borsani

1. Introdução

A "corrida ao centro" imposta pela dinâmica eleitoral tende a modificar as propostas dos partidos que chegam ao governo, como explicado teoricamente por Downs (1967) na sua análise espacial dos sistemas políticos bipartidários (ou com dinâmica eleitoral bipartidária) e estudado empiricamente na transformação dos partidos socialistas e socialdemocratas europeus por Przeworski e Sprague (1986). A partir dessas perspectivas, mais os aportes de estudos mais recentes sobre mudanças no recrutamento político ao longo de transformações políticas e sociais nas democracias de Europa ou Estados Unidos como os de Bett e Cotta (2000) ou Norris (1997), cabe pensar nos efeitos do exercício continuado do governo por longos períodos, sobre o perfil do recrutamento ou da representação partidária, especialmente em partidos que não tinham previamente acedido à condução política de um país. Paralelamente, cabe questionar se a "estréia" na oposição de partidos acostumados a estar no poder, com a conseguinte necessidade de renovar seus quadros e obter novos apoios sem contar com os recursos políticos de conduzir o Estado, modifica, em algum grau, o perfil dos representantes desses partidos.

A hipótese de que a proximidade do poder e o exercício do mesmo pressionam os partidos ao centro do espectro político, permite hipotetizar sobre uma mudança ao longo do tempo, em direção de um perfil mais tradicional, ou menos popular, de partidos de esquerda ou centro-esquerda que chegam ao governo após anos na oposição. Essa mudança incluiria um aumento relativo de perfis associados a setores sociais e profissionais inicialmente pouco presentes, ou relativamente menos presentes, entre seus representantes políticos, assim como uma diminuição, também relativa, daqueles mais vinculados às bases sociais tradicionais desses partidos, como os

trabalhadores assalariados (fundamentalmente servidores públicos), profissionais das ciências humanas, professores e sindicalistas (Marenco e Serna, 2007; Rodrigues, 2009; Santana, 2008).

Pelas razões equivalentes é possível pensar em uma tendência a um perfil menos tradicional e menos elitista, ou mais *catch all*, em partidos de direita ou centro-direita após vários anos na oposição e que precisam ampliar suas bases eleitorais para voltar ao governo. Os partidos de direita e centro-direita tendem a ter um recrutamento mais elitista e tradicional dos legisladores, com bancadas compostas fundamentalmente por profissionais liberais, empresários e produtores rurais (Marenco e Serna, 2007; Rodrigues, 2009; Santana, 2008).

Os estudos sobre perfil e recrutamento dos representantes políticos importam de um ponto de vista teórico em duas dimensões. Por um lado, esses perfis traduzem, em certa medida, diferentes graus de representação nas instituições políticas dos diversos setores sociais, assim como a maior ou menor homogeneidade dos partidos, dois aspectos relevantes na configuração dos sistemas políticos. Por outro lado, e partindo do suposto de que a representação dos diferentes setores da sociedade pode ser associada a preferências e opções de políticas (sem por isso reduzir o confronto político exclusivamente a uma representação de interesses) o perfil dos representantes pode incidir nas políticas resultantes dos processos decisórios das democracias. Alcántara (2006), considera que os políticos são a variável independente que mais incide para um maior nível de modernização e democratização na política, e que tanto a experiência na vida política quanto a bagagem de educação formal que possuem pode se refletir na qualidade da representação e na provisão de bens públicos (Alcántara, 2006).

O estudo das elites políticas tem suas origens em autores clássicos como Mosca, Pareto, Michels e Weber, mas são retomados de forma mais sistemática a partir do trabalho de Putnam (1976), adquirindo crescente atenção a análise das características sócio-demográficas dos representantes políticos, os tipos e níveis de profissionalização e as estratégias de carreira política. Desde os estudos de Max Weber, muitos autores tem enfatizado a

proeminência dos advogados nos Legislativos desde as origens dos partidos políticos, devido ao domínio da palavra e da retórica. Putnam (1976) mostrou que os advogados estavam bem representados nos Parlamentos da maioria das democracias ocidentais. Bett e Cotta (2000), em uma ambiciosa pesquisa, já clássica no tema, analisaram onze democracias europeias em um período de 150 anos, entre 1848 e 2000, observando as mudanças nas pautas de recrutamento ao longo do tempo, segundo o processo de democratização. Esse processo implicou uma série de transformações no perfil da representação política nos Legislativos dos países analisados, como o incremento da participação das mulheres, o aumento dos níveis de escolaridade e a diversificação das profissões. Trata-se, portanto, de uma perspectiva mais sociológica e cultural, centrada nos processos de socialização dos representantes políticos (perfil socio-demográfico e profissional).

Com uma perspectiva mais institucional, com ênfase nos processos institucionais, formais ou informais, que interferem na seleção dos representantes e nas suas trajetórias políticas, Norris (1997) analisou o recrutamento legislativo em 12 democracias estáveis e economicamente desenvolvidas, incluindo não somente o transcurso da vida política dos representantes, mas também o processo de seleção no sistema político a través dos diferentes regimes eleitorais dos países. De acordo com a autora, o recrutamento pode ser definido como um processo de caráter multidimensional que aglutina um conjunto de variáveis, entre as que cabe destacar: a estrutura de oportunidades, o processo de recrutamento e a oferta de candidatos. O processo de recrutamento se relaciona com as regras de seleção de candidatos e o grau de democracia ou centralização partidária. A oferta de candidatos inclui o capital político, que são os recursos com que contam os candidatos: recursos econômicos, contatos políticos, experiência partidária, qualificação profissional, tradição política familiar, entre outros.

O perfil e a carreira política dos legisladores podem ser em parte explicados pelo perfil social e os recursos (políticos, econômicos, intelectuais, etc.). Em uma análise das principais diferenças entre representantes dos partidos de esquerda e direita no Brasil, Chile e Uruguai, Marengo e Serna identificaram diferenças significativas segundo o posicionamento ideológico dos

partidos. Os partidos de direita e centro-direita contam com um recrutamento mais elitista e tradicional dos legisladores, com bancadas compostas fundamentalmente por empresários, profissionais liberais e produtores rurais, ou seja, representantes políticos com menor dependência dos recursos da máquina partidária. Os partidos de esquerda ou centro-esquerda apresentam um perfil de deputados com maior diversificação, em particular com uma proporção mais alta de profissões tradicionalmente vinculadas às classes médias, como professores, profissionais das ciências humanas e funcionários públicos. (Marenco e Serna, 2007). Entre os trabalhos mais recentes sobre elites políticas no Brasil cabe citar Rodrigues (2014); Codato, Costa e Massimo (2014), Perissinotto (2014), Costa e Codato (2013), Araújo (2011), Santana (2008), Braga, Veiga e Miríade (2006).

As interrogantes que orientaram o presente trabalho foram duas. A permanência no governo, por vários períodos consecutivos, altera o perfil do recrutamento partidário de partidos e coalizões de esquerda ou centro-esquerda que acedem ao governo por primeira vez? Por outro lado, a passagem para a oposição e a necessidade de reconquistar o poder, implica algum grau de renovação do perfil dos representantes eleitos por partidos de direita ou centro-direita? A intenção foi nos aproximar a essas respostas a traves da comparação do perfil dos deputados eleitos em 2002 e 2014 pelo PT e o PSDB. Trata se dos dois principais partidos políticos do governo e a oposição nas últimas duas décadas. O PT, à frente de uma ampla coalizão, chegou ao comando do poder política pela primeira vez nas eleições de 2002, o que significou uma alternância política de características inéditas no país, sendo reeleito até agora em três oportunidades, período que inclui quatro legislaturas. O PSDB no governo desde o fim do governo Collor em 1992, e na presidência entre 1994 e 1998, tem sido desde 2003 o principal partido da oposição. Os dois são também partidos que podem ser posicionados sem grandes discrepâncias no eixo de espectro ideológico, a pesara das transformações que os mesmos tem tido ao longo das últimas décadas e desses processo de alternância política no governo: o PT no espaço que vai da esquerda ao centro esquerda e o PSDB do centro ao centro direita, dependendo dos autores ou o tipo de medição utilizado. De fato, a maioria dos

trabalhos recentes sobre posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros tem situado o perfil atual do PSDB na centro direita e não no centro como inicialmente. (Power, T. e Zucco, C., 2009; Vieira, 2012; Wiesehomeier, N. e Doyle, D., 2012).

As fontes principais sobre o perfil dos deputados são a Câmara de Deputados, cujas informações são proporcionadas pelos próprios deputados, e o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC/FGV). Algumas informações complementárias foram obtidas em *sites* pessoais de legisladores. A análise do perfil dos deputados é feita somente em base a uma análise simples das frequências relativas da formação (título), da profissão (ocupação) e da participação em atividades de direção de sindicatos, associações empresariais ou outras.

2. Discussão metodológica: os critérios de classificação.

Um dos aspectos metodológicos mais debatidos nos trabalhos sobre perfil dos representantes tem a ver com os critérios para categorizar as profissões (ver Codato, Costa e Massimo, 2014), que é uma das principais características para descrever o perfil de um candidato e, no agregado, de um partido. Às diferenças de objetivos ou perspectivas teóricas, comum a todos os temas de análise nas ciências sociais, na definição do perfil ocupacional se somam dificuldades de ordem prática para determinar a principal ocupação quando existe mais de uma, as vezes as duas igualmente relevantes, o que incide em codificações diferentes segundo os pesquisadores. Devido a esse conjunto de fatores, existem numerosas classificações e critérios de classificação (Codato, Costa e Massimo, 2014).

Cabe reiterar que o objetivo do presente trabalho não foi determinar quais são as características ou atributos que criam mais ou melhores possibilidades para ser eleito e se manter na política ativa com sucesso (Codato, Costa e Massimo, 2014), ou quais são as ocupações que promovem habilidades requeridas no meio político (Offerelé, 1999), ou as que apresentam maiores vantagens (ou menores custos) para o exercício da política ou o sucesso eleitoral (Norris e Lovenduski, 1997; Perissinotto, 2014). Também não

foi o objetivo principal traçar o perfil dos deputados do PT e do PSDB, já analisados em vários trabalhos existentes (Amaral, 2011; Marengo e Serna, 2007; Rodrigues, 2009; Santana, 2008; Santos, 2000). Interessou aqui identificar a variação, ou estabilidade, do perfil dos deputados dos dois principais partidos brasileiros no governo e na oposição desde 2003, e se essa variação estava em consonância com a hipótese de mudanças de tendências opostas para ambos os partidos, derivadas da experiência prolongada no governo ou na oposição. Em esse sentido, o trabalho encontra-se mais próximo dos estudos com perfil “sócio-demográficos”, porém considerando duas legislaturas diferentes e dois partidos específicos.

Partindo da base de que o PT e PSDB representam eleitorados e segmentos sociais não idênticos ou com percepções políticas (ideologias?) diferentes, as categorias utilizadas na definição da ocupação deviam proporcionar alguma indicação, mesmo que aproximada, sobre segmento socioeconômico e/ou preferências políticas. Como diz Leôncio Rodrigues,

“profissões e ocupações, por si só, não são indicações seguras de status econômico e de localização na escala de renda. As desigualdades são pronunciadas no interior das profissões / ocupações. (...) De algum modo, porém, a profissão e a ocupação dão alguma indicação sobre a situação socioeconômica dos deputados, se mais na for por exclusão de certas situações polares” (Rodrigues, 2014).

Dois aspectos complexos na definição do perfil profissional dos representantes políticos, fundamental para associações de tipo teórico, são os casos de atividades diversas à formação adquirida (título), e os casos de várias profissões, sejam elas simultâneas ou em diferentes etapas da vida. Para o primeiro problema, a decisão adotada foi definir duas variáveis: uma identificando o título obtido em uma educação formal (“Formação”) e outra identificando a atividade efetivamente desempenhada ou ocupação propriamente dita (“Profissão”).

Na categorização da formação foram identificadas as três profissões liberais tradicionalmente associadas à atividade política: advocacia, medicina e engenharia (incluindo as diferentes ramas, exceto a de engenheiro agrônomo que foi considerada junto com a de agrônomo em uma categoria diferente).

Segundo a bibliografia essas três profissões, mesmo que majoritárias em quase todos os partidos e países ao longo da história, estão mais associadas a setores médios altos e tendem a estar mais representadas nos partidos de direita ou centro-direita que nos partidos de esquerda ou centro esquerda. Por isso, de acordo com a hipótese que orienta o trabalho, a continuidade do PT no governo por mais de uma década implicaria em um incremento relativo dessas profissões entre seus representantes. O contrário deveria se esperar do PSDB na oposição supondo uma estratégia de ampliar bases eleitorais para reconquistar o governo.

Outra categoria agrupou as formações universitárias vinculadas ao mundo da academia, incluídas ciências sociais, letras, licenciaturas em geral e pedagogia, seguindo nessa categorização a Rodrigues (2014) e Marengo e Serna (2007). Trata-se de carreiras universitárias mais próximas de estratos médios da população e, seja por uma perspectiva de representação social ou por afinidade ideológica, são consideradas mais próximas dos partidos de centro esquerda que dos de centro direita. O maior peso dessas categorias em esses partidos, como mostram trabalhos empíricos sobre diferentes países, respalda essa perspectiva. A previsão teórica seria, portanto, uma diminuição do peso relativo no PT, e um incremento, também relativo, no PSDB.

As carreiras da área econômica e empresarial (basicamente administradores, economistas e contadores) foram incluídas em uma categoria a parte. Como a identificação com segmentos sociais, ou perspectivas políticas, é mais ambígua, não há uma previsão definida dos possíveis efeitos de um partido estar muitos anos no governo ou na oposição. As áreas de administração e contabilidade, em geral mais próximas do mundo empresarial e corporativo, poderia associar as mesmas, em termos relativos mais com partidos de centro direita, mas não encontramos respaldo empírico suficiente para essa afirmação. Mais complexa é a ainda uma associação, mesmo em termos relativos, da carreira de economia com um partido ou perspectiva política.

Uma categoria “residual” foi criada para outras profissões universitárias. A categoria “formação técnica”, tradicionalmente de pouco peso no perfil das

elites políticas, onde predominam os profissionais universitários, tende a ter mais peso entre partidos de esquerda e centro esquerda. Segundo a hipótese, portanto, deveria perder espaço na representação política de partidos desse perfil ideológico no governo por um período prolongado de tempo.

Tanto no título quanto na ocupação está presente o problema da multiplicidade de formações ou profissões. Seguindo a metodologia mais utilizada nesse tipo de trabalhos, no caso da variável formação foi considerado o último título ou aquele que coincide com a atividade efetivamente desempenhada, ou desempenhada antes de ser eleito pela primeira vez para um cargo político. Esse problema é mais complexo no caso de duas (ou mais) profissões efetivas, especialmente quando são desempenhadas de forma simultânea. É o caso, por exemplo, de profissionais liberais que também são professores universitários. Entram nessa categoria, fundamentalmente, advogados, economistas e engenheiros. Quando o deputado inclui as duas ocupações no seu perfil, e a biografia indica uma carreira docente com diferentes cargos de gestão e hierarquia dentro de uma universidade, geralmente universidades públicas, esta última ocupação foi a considerada para os efeitos da análise. Isto foi mais comum entre os economistas, por exemplo, que entre os advogados. Quando esse vínculo universitário não está presente se manteve a ocupação definida pelo título acadêmico, geralmente coincidindo com atividade docente em instituições privadas. Essa foi a situação mais comum entre os advogados.

Na variável “Profissão”, além de se manter as categorias da variável “Formação”, foram incluídas as categorias de empresários, executivos, servidores públicos, bancários, agricultores e profissões da área de comunicação. A definição de “empresários” exigiu uma análise detida do *currículum* já que em alguns casos trata-se de deputados com alguma formação universitária que declaram possuir ambas as profissões. Quando não foi possível identificar a predominância de uma das atividades, a profissão universitária foi considerada a profissão principal. Porém, na maioria dos casos a informação disponibilizada sobre a atividade empresarial não gera problemas de codificação.

As profissões das áreas de humanas e sociais, licenciaturas em geral e pedagogia estão, na ampla maioria dos casos, associadas com as atividades de professor universitário ou professor de ensino médio. Estas profissões foram agrupadas dentro da categoria mais ampla de “profissões da academia” (mas mantendo a distinção entre elas), e como no caso dos respectivos universitários, a evolução prevista era uma diminuição do peso das mesmas no PT e um aumento no PSDB.

As categorias profissionais de bancário e servidor público também foram incluídas separadamente. Estas profissões, típicas atividades assalariadas no setor terciário, no Brasil estiveram tradicionalmente presentes no PT desde sua fundação, (Amaral, 2011; Rodrigues, 2014; 2009) A evolução prevista seria uma diminuição relativa entre os deputados do PT e um incremento entre os representantes do PSDB. Alguns dos deputados definidos em essas duas categorias possuem também um título acadêmico. Porém, em quase todos os casos incluídos em essa categoria o próprio deputado especifica alguma dessas ocupações como sua profissão principal. Quando não está essa especificação, foi considerado servidor público ou bancário o deputado que obteve o título acadêmico após ingressar na instituição. Os empregados em bancos públicos foram considerados bancários.

Dois tipos de atividades profissionais mereceram uma consideração especial: políticos profissionais e empresários agropecuários. A categoria político profissional é central no debate teórico e metodológico dos estudos sobre elites políticas e a profissionalização da política desde a célebre conferência de Max Weber sobre o tema (Weber, 1991). Porém, esta categoria deve ser reduzida o máximo possível para evitar perder informação proporcionada pela variável ocupação. A previsão em esta categoria era de um incremento em os dois partidos pelo fato do maior tempo transcorrido de democracia. Um incremento menor, em tudo caso, poderia se esperar para um partido de oposição, no caso o PSDB, como efeito possível de uma estratégia de renovação das bases eleitorais para ampliar suas chances de voltar ao poder.

Em um primeiro momento somente foi considerado político aquele que, além de não informar nenhum título ou especificar profissão, descreve o exercício de cargos políticos, eletivos ou executivos (secretarias ou subsecretaria em governos sub-nacionais) desde muito jovens e de forma contínua até seu primeiro cargo eletivo além do legislativo municipal. Com o fim de identificar os políticos profissionais com vasta experiência política e não perder a informação da ocupação ou profissão inicial, mais relevante aos objetivos do trabalho, foi criada uma variável *dummy* identificando os deputados com quatro ou mais cargos eletivos consecutivos prévios à eleição considerada, sem tomar em conta o cargo de vereador. Em geral são entre 14 e 16 anos em cargos eletivos federais ou sub-nacionais. Obviamente que o número de quatro cargos eletivos é arbitrário. Parece convincente que uma sola legislatura ou período administrativo não é suficiente para caracterizar um político como profissional. O mesmo pode se dizer de dois cargos eletivo. Mas pode ser discutido se a experiência de três cargos eletivos (geralmente doze anos) já seria suficiente.

A atividade de empresário agrícola ou produtor rural merece consideração semelhante à de político. Para essa categoria também foi criada uma variável dicotômica. A atividade agropecuária é muitas vezes paralela a de outras profissões (muitas vezes de engenheiro agrônomo ou veterinário, mas não exclusivamente), mais ainda que a atividade de empresário urbano. Somente dois casos foram categorizados como produtores rurais na classificação da variável “Profissão”, porque não especificam outra profissão e é possível identificar sem dúvidas esse perfil devido às dimensões do empreendimento empresarial agropecuária.

A categoria de “agricultor”, muito diferente de empresário agrícola, foi definida após uma análise primária dos dados e considerando que sua associação com o PT também é tradicional, especialmente a través do MST. De fato a maioria dos deputados com profissão de agricultores familiares integrou em algum momento essa organização. A área de comunicações (jornalistas, radialistas e apresentadores de TV) foi diferenciada porque é geralmente identificada como uma das profissões com melhores condições como plataforma para a atividade política, e também para reduzir o mais

possível as categorias ocupacionais residuais, mas não há uma previsão de evolução específica e diferente para os partidos em análise.

Além da formação e da profissão é analisada a variação na atividade em cargos de direção em sindicatos, organizações empresariais ou de profissões liberais assim como em grêmios estudantis. Também é apresentada a evolução de variáveis básicas como gênero e idade.

3. Perfil dos deputados do PT e do PSDB eleitos em 2002 e 2014.

A análise do perfil dos deputados do PT eleitos em 2002 e em 2004 mostra que algumas categorias evoluíram na forma prevista, mesmo que de forma moderada, mas outras se mantiveram estáveis. Porém, a evolução do perfil dos deputados do PSDB é contrária à hipótese original, reforçando, em boa medida, o perfil tradicionalmente associado com partidos de centro direita. A evolução observada para o PSD B é, na maioria das categorias, na mesma direção que a observada para o PT, se bem com magnitudes ou intensidades diferentes. Ou seja, se em alguns aspectos o perfil dos representantes do PT na Câmara de Deputados evoluiu em direção ao perfil associado com partidos de centro-direita, incorporando mais profissionais com títulos de advogados (principalmente), médicos e alguns empresários, e perdendo espaço os professores e profissionais das áreas de humanas, o PSDB também acompanhou essa tendência, ou mostrou forte estabilidade no perfil inicial. Esses resultados geram uma nova interrogante que requer ampliar a pesquisa a todo o espectro partidário: verificar se essa evolução se concentra em esses dois partidos ou trata se de uma tendência em todo o sistema partidário brasileiro, ou em sua maior parte.

Os resultados empíricos, portanto, não permitem afirmar que a evolução observada no PT deve-se exclusivamente ao fato de ser governo nos últimos doze anos, ou se ela é parte de uma tendência geral da representação política brasileira. A evolução do perfil dos deputados do PSDB não confirma a hipótese, sugerindo, na maioria das categorias, uma estabilidade ou aprofundamento do perfil prévio e pouco ou infrutífero esforço de renovação dos apoios sociais.

Os deputados do PT com título de advogado passam de 23,1% para 32,1% e os médico de 7,7% para 10, 3% (tabela 1). Os engenheiros, ao igual que no PSDB, diminuem, mas as outras duas categorias incrementam o grupo das formações tradicionais de 39,6% para 47,1%. Trata-se de uma variação acorde com a hipótese original. Porém, observando exclusivamente a profissão efetiva (tabela 2), esse porcentagens diminuem, mostrando grande estabilidade entre ambas legislaturas, (exceto para os profissionais da medicina).

Com uma variação também acorde com a hipótese da pesquisa, diminuem significativamente os formados em ciências humanas, sociais e licenciaturas em geral, de 23,1% para 16,2%. Novamente, essa diferença é menor se observada a ocupação efetiva (mas mantendo uma diferença de aproximadamente seis pontos porcentuais). A ser destacada é a troca de “posições” entre os professores universitários e os professores de ensino médio ou outros (tabela 2). Os professores universitários eram 6,6% entre os eleitos em 2002 y são 16,2% na atual legislatura. Evolução inversa é a dos professores de ensino médio, que passam de 22% para 5,9%. Considerando as diferenças de remuneração entre ambas as categorias de professores, essas tendências opostas parecem se corresponder com um aumento nesse partido do peso relativo de profissionais melhor posicionados no estrato sócio-econômico da população, em detrimento de profissões com menor hierarquia social ou remuneração.

A evolução acima descrita do PT não é, porém, observada em todas as categorias de formação e ocupação analisadas. Em algumas, como as dos bancários e servidores públicos, a tendência observada foi de estabilidade. O mesmo pode se disser dos agricultores familiares (tabela 2).

Nas tabelas foi incluída uma coluna identificando o perfil dos deputados eleitos pela primeira vez em 2014, de forma de observar se as eventuais variações, ou estabilidades entre as duas eleições analisadas se consolidavam na geração mais recente de deputados federais. Novamente os resultados são ambíguos, em relação à hipótese da pesquisa, especialmente no PT.

Tabela 1: Formação (Título) dos deputados do PT (em %)

Formação / Título	Eleitos em 2002	Eleitos em 2014	Eleitos 1ª vez em 2014
Advocacia	23,1	32,4	30,4
Medicina	7,7	10,3	13,0
Engenharia	8,8	4,4	8,7
Total “tradicionais”	39,6	47,1	52,1
Adm. / Contab.	1,1	---	---
Economia	3,3	7,4	8,7
Total “econômicas”	4,4	7,4	8,7
Licenciaturas / Pedagogia / Letras	20,9	14,7	8,7
Ciências Sociais	2,2	1,5	4,3
Total “da academia/ensino”	23,1	16,2	13,0
Jornalismo e Comunicação	1,1	2,9	4,3
Outra Formação Universitária	5,5	10,3	13,0
Formação Técnica	5,5	1,5	---
Outra	---	1,5	---
Sem Título	20,9	10,3	8,7
s/d	---	2,9	---
	100	100	100
	(91)	(68)	(23)

Fonte: Elaborado em base a dados do Portal da Câmara de Deputados e do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC/FGV).

Tabela 2: Profissão (ocupação) dos deputados do PT (em %)

Profissão / Ocupação	Eleitos em 2002	Eleitos em 2014	Eleitos 1ª vez em 2014
Advogado	16,5	17,7	8,7
Médico	7,7	10,3	13,0
Engenheiro	5,5	1,5	---
Total “tradicionalis”	29,7	29,5	21,7
Executivo	1,1	---	---
Empresário	---	4,4	8,7
Total “empresariais”	1,1	4,4	8,7
Adm. / Contador	1,1	---	---
Economista	2,2	1,5	---
Total “econômicas”	3,3	1,5	
Professor Universitário	6,6	16,2	17,5
Professor Outro	22,0	5,9	4,3
Sociólogo / C. Político	1,1	1,5	4,3
Total “da academia/ ensino”	29,7	23,6	26,0
Bancário	5,5	5,9	8,7
Servidor Público	3,3	2,5	8,7
Gestor Público	---	1,5	4,3
Total Bancários e Setor Público	8,8	9,9	21,7
Outra Profissão Universitária	2,2	5,9	13,0
Profissão Técnica	6,6	4,4	4,3
Prof. da Área de Comunicação	2,2	1,5	---
Metalúrgico	2,2	1,5	---
Agricultor	6,6	10,3	4,3
Empr. Agric./ Prod. Rural	---	---	---
Político	2,2	1,5	---
Sindicalista	1,1	1,5	---
Outra	4,4	4,4	---
	100 (91)	100 (68)	100 (23)

Fonte: Elaborado em base a dados do Portal da Câmara de Deputados e do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC/FGV).

No caso do PSDB, ha variação entre as duas eleições apresenta resultados menos ambíguos que no PT, indicando que o partido evoluiu em sentido de uma representação menos, e não mais, *catch-all*. Se bem se observa uma diminuição do peso relativo do conjunto das três profissões mais tradicionais no mundo da política, há um incremento importante dos

advogados, tanto entre os formados quanto entre os que tinham essa como a principal profissão antes de começar a carreira em cargos eletivos (tabelas 3 e 4).

A categoria de professores e profissionais das áreas de humanas e ciências sociais continua mínima no PSDB, sendo que os professores praticamente deixam de estar presentes na bancada do partido na Câmara. Também a evolução das profissões empresariais mostra uma evolução de partido semelhante à observada no PT, porém de maior magnitude, passando de 8,6% para 14,8%, sendo especialmente significativo o aumento dos deputados empresários, 5,7% para 11% (tabela 4).

Os deputados com profissão bancários ou servidores públicos, típico setor de empregados assalariados, que já era reduzido na bancada eleita em 2002, após três legislaturas na oposição praticamente deixam de estar presentes no partido (com exceção de uma mínima representação de gestores públicos).

Deputados com outras profissões universitárias registram um aumento importante nos dois partidos e uma diminuição da já reduzida participação de deputados com profissão técnica. Ambas as tendências indicam tanto uma maior diversificação das profissões universitárias quanto uma maior relevância das mesmas.

Tabela3: Formação (Título) dos deputados do PSDB (em %)

Formação / Título	Eleitos em 2002	Eleitos em 2014	Eleitos 1ª vez em 2014
Advocacia	32,9	38,9	30,8
Medicina	15,7	9,3	11,5
Engenharia	15,7	9,3	11,5
Total "tradicionais"	64,3	57,5	53,8
Adm. / Contab.	5,7	7,4	3,8
Economia	5,7	7,4	3,8
Total "econômicas."	11,4	14,8	11,6
Licenciaturas / Pedagogia / Letras	1,4	---	---
Ciências Sociais	1,4	3,7	7,7
Total "da academia/ensino"	2,8	3,7	7,7
Jornalismo e Comunicação	---	1,9	---
Outra Formação Universitária	5,7	13,0	7,7
Formação Técnica	1,4	---	---
Sem Título	12,9	5,6	11,5
s/d	1,4	3,7	7,7
	100	100	100
	(70)	(54)	(26)

Fonte: Elaborado em base a dados do Portal da Câmara de Deputados e do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC/FGV).

Tabela 4: Profissão (ocupação) dos deputados do PSDB (em %)

Profissão / Ocupação	Eleitos em 2002	Eleitos em 2014	Eleitos 1ª vez em 2014
Advogado	21,4	31,5	19,3
Médico	15,7	9,3	11,5
Engenheiro	12,9	7,4	11,5
Total “tradicionais”	50,0	48,2	42,3
Executivo	2,9	3,7	3,8
Empresário	5,7	11,0	15,5
Total “empresariais”	8,6	14,8	19,3
Adm. / Contador	2,9	5,6	3,8
Economista	4,3	3,7	---
Total “econômicas.”	7,2	9,3	3,8
Professor Universitário	7,1	1,9	---
Professor Outro	2,9	---	---
Sociólogo / C. Político	---	---	---
Total “da academia/ensino”	10,0	1,9	---
Bancário	1,4	---	---
Servidor Público	5,7	---	---
Gestor Público	---	3,7	3,8
Total Bancários e Setor Público	7,1	3,7	3,8
Outra Profissão Universitária	2,9	7,4	3,8
Profissão Técnica	---	---	---
Prof. da Área de Comunicação	2,9	---	---
Metalúrgico	---	---	---
Agricultor	---	---	---
Empr. Agric./ Prod. Rural	1,4	1,9	3,8
Político	4,3	3,7	7,7
Outra	5,7	7,5	11,5
s/d	---	1,9	3,8
	100	100	100
	(70)	(54)	(26)

Fonte: Elaborado em base a dados do Portal da Câmara de Deputados e do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC/FGV).

A porcentagem de deputados do PT que passaram por algum cargo diretivo em sindicatos registra uma substancial queda entre os eleitos em 2002 e os eleitos em 2014, passando de 47,3% para 27,9% (tabela 4). Sendo essa uma das características distintivas de PT desde sua fundação, indica também uma mudança importante do perfil de sua bancada, variação que está acorde com a hipótese elaborada. Essa evolução pode ter também como causa uma

menor relevância da atividade sindical e dos sindicatos na sociedade brasileira em geral, a semelhança do que acontece com os partidos políticos, mas constitui uma diminuição significativa para uma das características distintivas do partido. Diferentemente, a porcentagem de deputados com passagem por direção de grêmios estudantis se manteve muito estável. No PSDB, onde a participação na direção de associações de profissionais liberais era a categoria associativa predominante, esse perfil se mantém estável, assim como a quase nula presença de ex-dirigentes sindicais (os únicos casos correspondem a ex-membros de sindicatos de docentes universitários). Porém diminui o peso de deputados que tiveram participação na direção de associações empresariais ou comerciais (tabela 6).

Tabela 5: Participação em diretórios de sindicatos e outras associações, deputados do PT

	Eleitos em 2002	Eleitos em 2014	Eleitos por 1ª vez em 2014
Dirigente de Sindicato de Trabalhadores	47,3	27,9	21,7
Dirigente de Assoc. de Profissionais Liberais	8,8	4,4	4,3
Dirigente de Assoc. Empresarial / Comercial	---	---	---
Dirigente do MST	---	4,4	4,3
Dirigente de Outras Associações	5,5	11,8	17,4
Total Dirigente Sindicatos/ Associação	61,6	48,5	47,7
Dir. Estudantil (Univ./Sec.)	20,9	20,6	21,7

Fonte: Elaborado em base a dados do Portal da Câmara de Deputados e do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC/FGV).

Tabela 6: Participação em diretórios de sindicatos e outras associações, deputados do PSDB

	Eleitos em 2002	Eleitos em 2014	Eleitos por 1ª vez em 2014
Dirigente de Sindicato de Trabalhadores	1,4	1,9	---
Dirigente de Assoc. de Profissionais Liberais	10,0	9,3	11,5
Dirigente de Assoc. Empresarial / Comercial	7,1	1,9	---
Dirigente de Outras Associações	8,6	5,6	---
Total Dirigente Sindicato / Associação	27,1	18,7	11,5
Dirigente Estudantil (Univ./Sec.)	21,4	9,3	3,8

Fonte: Elaborado em base a dados do Portal da Câmara de Deputados e do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC/FGV).

As tabelas 7 e 8 apresentam a evolução dos deputados segundo gênero e média de idade.

Tabela 7: Deputados segundo gênero, PT e PSDB

PT	Eleitos em 2002	Eleitos em 2014	Eleitos por 1ª vez em 2014
Homens	84,6	86,8	78,3
Mulheres	15,4	13,2	21,7
	100 (91)	100 (68)	100 (23)
PSDB	Eleitos em 2002	Eleitos em 2014	Eleitos por 1ª vez em 2014
Homens	93,0	90,7	88,5
Mulheres	7,0	9,3	11,5
	100 (70)	100 (54)	100 (26)

Fonte: Elaborado em base a dados do Portal da Câmara de Deputados e do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC/FGV).

Tabela 8: Média de idade dos deputados, PT e PSDB

	Eleitos em 2002	Eleitos em 2014	Eleitos por 1ª vez em 2014
PT	46,3	52,8	53,6
PSDB	52,7	50,0	43,8

Fonte: Elaborado em base a dados do Portal da Câmara de Deputados e do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC/FGV).

Conclusões

A análise do perfil dos deputados do PT e do PSDB eleitos em 2002 e 2014 mostra parcialmente, para o PT, uma evolução segundo a hipótese original da pesquisa, isto é, um incremento dos deputados com perfil associado com partidos de centro ou centro direita e uma perda do peso dos perfis típicos de partidos de centro esquerda ou do perfil fundacional do próprio PT. Porém, o fato do principal partido de oposição, o PSDB, também apresentar, em termos gerais, uma tendência no mesmo sentido, não permite confirmar que as

mudanças observadas no PT correspondam exclusivamente à condição de partido de governo nos últimos quatro períodos legislativos. Esse resultado sugere a possibilidade de se tratar de uma tendência do conjunto da classe política brasileira, ou da maioria dela, ou ser um efeito conjunto de ambos fenômenos, o que exige, obviamente a ampliação da pesquisa à totalidade dos deputados eleitos.

As três principais variações observadas no PT acordes com as previsões são: o incremento significativo na porcentagem de dos deputados com graduação em duas das áreas mais tradicionais das elites políticas (advogados e médicos); a presença de alguns empresários (ausentes na representação eleita em 2002) e a diminuição do peso dos profissionais das áreas “da academia”. Porém, cabe registrar um incremento importante do peso dos professores universitários, contraposto com um decréscimo ainda mais significativo dos professores de ensino médio ou outros. Também registra uma evolução em concordância com a hipótese prevista a porcentagem de deputados que passaram por algum cargo de direção em sindicatos de trabalhadores. Os deputados que tem como ocupação prioritária ou derivada do título universitário mantém uma representação estável, ao igual que os bancários e servidores públicos. Importante destacar que, exceto o incremento da porcentagem dos professores universitários, nenhuma das categorias com magnitude importante registra uma evolução contrária a esperada, isto é, um fortalecimento do perfil tradicional do partido e dos partidos de esquerda ou centro esquerda em geral.

No PSDB somente as categorias tradicionais de médicos e engenheiros registram variações coincidentes com a hipótese de trabalho, isto é, uma diminuição dessas profissões entre os deputados do partido. Porém, essa variação é contrastada com o significativo incremento dos advogados, o que difere da evolução prevista. As demais categorias que apresentam porcentagens significativas, seja de carreiras acadêmicas ou de profissões, registram uma evolução reforçando o perfil comumente associado com partidos de centro direita, ou mostram grande estabilidade. Os deputados com formação e profissão docente e em geral os provenientes da área acadêmica, que já eram poucos no perfil do partido, são ainda menos ou estão totalmente

ausentes na atual legislatura. O mesmo acontece com os bancários e servidores públicos. Pelo contrário, os empresários aumentam sua presença na representação do partido (esse incremento é significativo se consideramos os eleitos pela primeira vez em 2014). O incremento dos advogados e o aumento da presença dos empresários são as duas variações que mais afirmam um perfil de centro direita. Além da possibilidade do partido registrar também uma tendência comum ao conjunto da representação política, o resultado sugere que o principal partido de oposição não teve uma estratégia de incorporação de novos segmentos sociais na sua representação legislativo, ou essa estratégia não foi eficaz. Uma análise mais ampla, que inclua todos os partidos representados no Legislativo se faz, portanto, necessária.

Referências Bibliográficas

AMARAL, O. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública* 17 (1), 2011.

BEST, Heinrich e COTTA, Maurizio (Eds.) *Parliament Representatives in Europe, 1848-2000*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BRAGA, Maria do Socorro S., VEIGA, Luciana F. e MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 24. No. 70, 2009.

CODATO, Adriano, COSTA, Luiz D., MASSIMO, Lucas. Classificando ocupações em estudos parlamentares: uma tipologia histórica. IX Encontro da ABCP, Brasília, agosto de 2014.

DOWNS, Anthony. *An Economic Theory of Democracy*, New York: Harper, 1957.

MARENCO, André y SERNA, Miguel. Por que as carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 20, 2003.

NORRIS, Pippa. *Passages To Power. Legislative Recruitment In Advanced Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OFFERLÉ, M. *La porfession politique: XIXe-XXe siècles*. Paris:Belin, 1999.

PERSISSINOTTO, Renato. Ocupação profissional, profissionalização política e partidos nas eleições de 2010 no Brasil. IX Encontro da ABCP, Brasília, agosto de 2014.

PERISSINOTTO, Renato. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, 52(2), 2009.

POWER, Timothe e Zucco, César. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2015. *Latin American Research Review*, Vol. 44, No. 1, 2009.

PRZEWORSKI, Adam e SPRAGUE, John. Paper Stones. A History of Electoral Socialism. Chicago: University Chicago Press, 1986.

PUTNAM, Robert. *The Comparative Study of Political Elites*. New York: Prentice-Hall, 1976.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Pobres e Ricos na Luta pelo Poder. Novas elites na política brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, Ideologia e Composição Social. Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara de Deputados*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SANTANA, Luciana. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. *Teoria e Sociedade*, n. 16, 2008.

SANTOS, Fabiano. Deputados Federais e Instituições Legislativas no Brasil: 1946-99. In: BOSCHI, Renato.; DINIZ, Eli. SANTOS, Fabiano (Orgs.) *Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

VIEIRA, Soraia M. O Partido da Social Democracia: entre o Neoliberalismo e a Social Democracia. *Studia Politicae*, v. 27, 2012.

WEBER, Max. *Escritos Políticos*. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

WIESEHOMEIER, Nina e DOYLE, David 'Attitudes, Ideological Associations and the LeftRight Divide in Latin America' *Journal of Politics in Latin America* Vol.3 (1), 2012.